

Cirandas de Direito consolidam atividades do Curso de Juristas Populares em 2012

As Cirandas de Direito, parte do projeto do Curso de Formação de Juristas Populares, foram pensadas com o intuito de proporcionar um dia de cidadania para os (as) moradores (as) de comunidades atendidas pela Fundação Margarida Maria Alves.

Esta ação possibilita que dúvidas sobre questões jurídicas possam ser resolvidas, através do aconselhamento oferecido pelos (as) Cursistas, auxiliados por advogados (as) voluntários (as). Após a realização de duas Cirandas, a turma de 2011/2012 do Curso de Formação de Juristas Populares está bastante empolgada para ajudar cada vez mais pessoas. Com a proposta

de expandir a área de atuação para a população de outros bairros, levando a tenda de Aconselhamento Jurídico, palestras e oficinas educativas, as Cirandas são realizadas na reta final da formação jurídico-popular.

A primeira edição de 2012 foi uma versão reduzida das anteriores, realizada na sede da Fundação, no Centro de João Pessoa. A segunda aconteceu em Mussumago, no Centro Cultural Alquimista, contando com, além da Tenda de Aconselhamento Jurídico, Oficinas de Educação Ambiental e produção de Sabão Ecológico, distribuição de material informativo sobre Saúde

Reprodutiva e balcão de atendimento da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), que possibilitou a retirada de 40 Carteiras de Identidade. A Oficina de Higiene Bucal atendeu 126 pessoas, entre adultos e crianças, e foram realizados 30 cortes de cabelo.

A tenda de aconselhamento jurídico cumpriu seu papel, ajudando pessoas com problemas relacionados à questões ligadas aos Direitos Trabalhista, Familiar e do Consumidor.

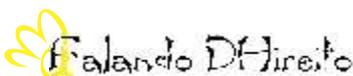
No dia 4 de agosto, foi realizada a Ciranda de Bayeux e, no dia 17, teremos mais uma edição na sede da Fundação.



Editorial

Com o Desenvolvimento Sustentável como tema, a Rio+20, Conferência das Nações Unidas, foi realizada em junho de 2012 - exatamente 20 anos após a Rio-92. O objetivo da Conferência foi renovar compromissos firmados anteriormente, mas a grande diferença foi percebida dentro do ramo empresarial, praticamente ausente duas décadas atrás e, agora, completamente ativo através de compromissos voluntários. É exatamente este o ponto em que conferências como esta se fazem necessárias: o crescente interesse das grandes empresas em aderir à defesa do Meio Ambiente e em incentivar o (a) consumidor (a), o (a) cidadão (ã), a fazer o mesmo. As críticas à Conferência classificaram-na tanto como ineficaz quanto bem sucedida. O que importa, na verdade, é a reflexão que este tipo de encontro desperta como as manifestações realizadas na Cúpula dos Povos, no Aterro do Flamengo, palco para discussões que envolveram mais de 350 mil pessoas. Eventos como a Rio+20 geram impactos pouco sentidos no tocante ao comportamento do governo, mas faz com que a população, ela mesma, comece a servir de modelo. Afinal, nem todo bom exemplo necessita vir de cima.

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da
Fundação de Defesa dos Direitos
Humanos Margarida Maria Alves.
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Telefone/fax: 3221-3014
www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br
Jornalista responsável:
Andréia Martins (DRT 2998/PB)
Fotos: arquivo da entidade
Tiragem: 1000 exemplares
Apoio: Misereor
Impressão: Gráfica JB

Minha experiência como beneficiária do Curso "Mecanismos Legais do Direito" - um breve relato

por Andreza Ribeiro, Educadora Social da Pastoral do Menor e integrante da Comissão de Advocacy da comunidade Citex

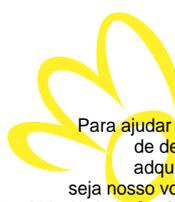
Eu conheci o curso através da proposta que partiu da Concern Universal, construída no coletivo com a parceria da Casa Pequeno Davi, ACNV e Pastoral do Menor. Os motivos que me levaram a participar foram ter mais acessibilidade sobre as leis e direitos e garantir os conteúdos como essência na minha vida a partir do que fosse adquirido. Eu tinha muitas dúvidas sobre temas abordados no curso, como o Direito do Consumidor e o Direito Previdenciário. Os temas que mais gostei foram: Direito Constitucional, Gênero e Organização do Poder Judiciário, pois a linguagem utilizada foi clara, conseguimos compreender o conteúdo com facilidade e aprendemos a manusear a Constituição Federal.

Isso tudo terá grande utilidade na minha vida, pois resido numa comunidade periférica onde acontecem vários tipos de violações, todos os dias, e onde também já fui vítima.

Então, agora, com mais um pouquinho de aprendizagem sobre os nossos direitos, posso me ajudar e encaminhar alguém dando alguma informação sobre onde denunciar, o que procurar, onde procurar, porque isso é fundamental pro nosso papel enquanto multiplicadores no processo de formação. Seria bom se todos os (as) participantes do

“ Agora, com mais um pouquinho de aprendizagem sobre os nossos direitos, posso me ajudar e encaminhar alguém dando alguma informação sobre onde denunciar, o que procurar, onde procurar, porque isso é fundamental pro nosso papel enquanto multiplicadores no processo de formação.”

Curso pudessem dar continuidade a isso, no próprio Curso de Juristas Populares da Fundação. Finalizo meu relato com uma frase de um grande homem que nos é referência: Paulo Freire: “Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.”



Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?
Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na
Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

Meio Ambiente em evidência com Vias Sacras na grande JP

Com um público total de 800 crianças e adolescentes, as Vias Sacras realizadas em Santa Rita e Bayeux nos dias 4 e 5 de junho conseguiram chamar a atenção para a importância da preservação do Meio Ambiente. As escolas participantes liberaram seus alunos (as), que leram poemas, cantaram paródias e levaram cartazes incentivando o cuidado com a natureza, em duas caminhadas com percursos de mais de meia hora.



Em Santa Rita, a Rede de Juristas Populares, organizadora do evento, contou com a colaboração de escolas públicas, como a José Mariano, José Faustino, Carlos Chagas, Machado de Assis e Maria de Lourdes e uma particular, o CENEC. Estiveram presentes ainda a Cooperativa de Catadores (as) de Materiais Recicláveis de Marcos Moura

(COREMM) e o Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero (CEDHOR). Em Bayeux, as escolas participantes foram a João Caetano e a CEP Bom Jesus, além do grupo dos Desbravadores.

A Rede de Juristas Populares, que tem trabalhado nessas escolas com a Oficina de Educação Ambiental e produção de sabão ecológico (produzido com óleo de cozinha usado), vem incentivando, desde o ano passado, a conscientização para a reciclagem e

reaproveitamento de diversos materiais. Algumas escolas já adotaram o sabão ecológico, produzido lá mesmo, com óleo coletado pelos alunos, e estão remodelando o orçamento. Através do contato estabelecido com as Oficinas, foi possível engajar mais escolas na realização das Vias Sacras e conscientizar mais jovens, muitos que se voluntariaram para participar. Essas atividades, realizadas durante a semana do Meio Ambiente, fortalecem a postura da Rede de Juristas na proteção da natureza como um objetivo a ser adotado pela sociedade. A começar pela conscientização dos mais jovens.



As Vias Sacras são realizadas através da adesão de escolas parceiras da Rede de Juristas Populares na defesa do Meio Ambiente.

Curso “Mecanismos Legais de Direito” chega ao fim

Por Aline Oliveira

A junção de duas tecnologias sociais culminou em festa na tarde do último dia 17 de julho, em João Pessoa: esta foi a data do encerramento do Curso Mecanismos Legais de Direito, promovido pelo projeto Juntos pelo Desenvolvimento, em Defesa dos Direitos, com a assessoria da Fundação Margarida Maria Alves. O curso capacitou 35 lideranças comunitárias de João Pessoa, Bayeux e Sapé, que agora estão mais empoderadas para conquistarem os direitos de suas comunidades. O curso foi realizado em 33 horas de aulas sobre a Constituição, os principais direitos e a estrutura do Poder Judiciário.

A capacitação foi realizada como uma versão reduzida do Curso de Formação de Juristas Populares, promovido pela Fundação e certificado como tecnologia social pela Fundação Banco do Brasil (FBB) em 2005. Somando-se a isso, a ação reuniu pessoas

que já são membros de comissões de advocacy, metodologia de incidência política utilizada pela Concern Universal Brasil e seus parceiros e que também foi certificada como tecnologia social, em 2011.

De acordo com a própria FBB, tecnologia social compreende produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. É um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação.

Para a educadora da Pastoral do Menor Andreza Ribeiro, mesmo tendo sido realizado em um tempo curto, o curso ajudou muito por permitir conhecer os mecanismos legais de participação e de acesso aos direitos. “Antes a gente servia de bolinha de ping pong nos espaços de poder, que ficavam

jogando a gente de um lado para outro sem saber quem realmente resolvia cada problema. Agora nós sabemos qual o papel deles e isso vai servir muito pra melhorar nosso diálogo com o poder público”, acredita.

O conhecimento e a possibilidade de ajudar suas comunidades também foram apontados como conquistas do processo formativo. Para Juracy Mesquita, 64 anos, moradora do Roger, a grande surpresa foi ter tido esta oportunidade a esta altura da vida. “Perto dos 65 anos, recebi um aprendizado que eu nem esperava, mas agora vou poder ajudar mais minha comunidade”, promete. Já Josileide Gomes, 18 anos, de Sapé, destaca que o curso vai ajudar muito no seu futuro, além de “ter informações que vão poder ajudar outras pessoas da vizinhança”.

O projeto Juntos pelo Desenvolvimento, em Defesa dos Direitos está promovendo a capacitação e articulação de lideranças comunitárias de cinco comunidades paraibanas, que estão estudando seus problemas e propondo soluções viáveis ao poder público. A ação conta com o cofinanciamento do governo da Grã Bretanha e é realizada pela Concern Universal Brasil, Casa Pequeno Davi, Associação Comunitária Nova Vida e Pastoral do Menor.



A turma recebendo a certificação pela participação no Curso

Programa Papel Passado realiza última Assembleia no Laranjeiras



A coordenadora de projetos da Fundação, Marcina Pessoa, atualiza os (as) moradores do Laranjeiras com as últimas notícias do projeto, ainda em desenvolvimento.

Os (as) moradores (as) do Jardim Laranjeiras contemplados (as) pelo Programa Papel Passado se reuniram à Fundação, à CadastralGeo e à Cehap (Companhia de Habitação Popular) para a última assembleia do projeto que vai regularizar as moradias de mais de 700 famílias.

Estiveram presentes a Coordenadora de Projetos da Fundação, Marcina Pessoa, os representantes da Cehap, a Assistente Social Adriana Cassemiro e o Arquiteto Ítalo César Bezerra Duarte, e César Farias, representante da CadastralGeo, empresa responsável pelo levantamento topográfico e cadastro sócio econômico da área.

Cada representante falou sobre o papel de sua instituição no desenvolvimento do projeto. Marcina explicou que a Fundação é a idealizadora da iniciativa e que começou todo o

trabalho. Adriana e Ítalo esclareceram a atuação da Cehap de agora em diante, com um novo projeto que incluirá a urbanização do bairro e todas as obras necessárias para a melhora de sua infra-estrutura, inclusive como será realizado o processo de entrega dos títulos. César explicou que a CadastralGeo ainda necessita receber documentos de 150 famílias e estudar os 82 lotes com mais de 250m², que são os que excedem o tamanho especificado para a regularização gratuita.

Foi necessário reunir a população envolvida para

esclarecer algumas mudanças no andamento do processo, que terá a parte de urbanização e titulação sob responsabilidade da própria Cehap, proprietária da área a ser regularizada. Muitas questões específicas foram levantadas pelos (as) moradores (as) após a fala dos representantes das instituições envolvidas, inclusive aquelas ligadas a quem será o dono do terreno após a regularização. De agora em diante, todas essas peculiaridades do projeto serão tratadas pela Cehap, já que a Fundação iniciou o trabalho, envolvendo a população desde o início, com reuniões e oficinas educativas.

Eliane Maria Lopes Monteiro, presidenta da Associação de Moradores do bairro, que auxiliou a Fundação desde o início do projeto, incentivou os presentes a colaborar, principalmente as famílias que ainda não entregaram a documentação necessária para o cadastro.



Adriana Cassemiro explica qual será o papel da Cehap na regularização.

IAF visita a Fundação ao final de sua primeira parceria

Após a cumprimento de mais de 80% do projeto que possibilitou a realização do Curso de Formação de Juristas Populares por dois anos, a representante da Fundação Interamericana (IAF), Amy Kirshchembaum, voltou à Fundação Margarida Maria Alves para uma visita. Com o objetivo de conversar, pessoalmente, com a equipe da Fundação e os (as) beneficiários (as) do projeto, Amy dispôs de todo um dia para conseguir ouvir opiniões, críticas e sugestões. Em 2012, o Curso recebeu dois (as) alunos (as) cadeirantes; portanto, adaptações se tornaram necessárias na sede da Fundação, como a construção de uma rampa de acesso na entrada e ainda dois banheiros na parte de trás, ao lado da sala de aula; as obras foram custeadas pelo fundo próprio da Fundação, utilizado

Acontece

Agosto

17 - Ciranda de Direitos de João Pessoa;
25 - Avaliação do Curso de Formação de Juristas Populares 2011/2012;
20 a 31 - Seleção para Estagiário de Direito;
20 - Início inscrições para a Turma 2012/2013 do Curso de Juristas'

Setembro

01 - Formatura do Curso de Formação de Juristas Populares 2011/2012;
04 - Prova para seleção do Estagiário de Direito;
11 - Resultado da prova;
13 e 14 - Entrevista 18- Resultado final

Outubro

Início do Curso de Formação de Juristas Populares 2012/2013

Acompanhe a Fundação nas Redes Sociais!

 @FundacaoMMAlves
 Fundação Margarida Maria Alves
 Fundação Margarida Maria Alves

exatamente nestes casos.

Foram discutidas maneiras para fortalecer a parceria entre a Fundação e a IAF, que é um órgão independente do governo americano, e estratégias para a continuação do projeto até 2013, contemplando, mais uma vez, a cidade de Guarabira com a realização da Segunda versão do Curso de Formação de Juristas Populares, em parceria com o Serviço de Educação Popular (SEDUP). Com o sucesso da primeira turma formada, espera-se que os (as) moradores (as) de Guarabira e das cidades vizinhas sejam incentivados (as) a participar e fortalecer a educação jurídico-popular na r e g i ã o .

Já em relação à inclusão do tema da mediação de conflitos, a ideia surgiu da reivindicação das lideranças populares, ou seja, dos (as) Juristas Populares que já desenvolvem este trabalho, no seu cotidiano, sem muito conhecimento teórico, fazendo orientações e mediações. Eles

(as) desejavam aperfeiçoar essa prática, de modo a torná-la mais eficiente para a garantia da cidadania e a democracia.

A mediação tem demonstrado ser um procedimento que capacita os (as) cidadãos (ãs) na abordagem de seus próprios problemas, produzindo uma pacificação social, além de agilizar, personalizar e tornar mais econômica a resolução de conflitos. As pessoas transformam suas atitudes de litígio em atitudes de colaboração na superação de suas disputas, e com isto, nos deparamos com a possibilidade desta abordagem auxiliar na construção de um mundo de paz. Através da formação desta primeira turma teremos oportunidade de implantar no futuro pontos de concórdia nas c o m u n i d a d e s .

O projeto contemplou 3 turmas de lideranças populares, sendo uma na cidade de Guarabira e duas na cidade de João Pessoa, tendo concluído o curso 76 pessoas, em um universo de mais de 200 outras b e n e f i c i a d a s .



Amy, da IAF, conversa com os (as) alunos do Curso de Formação de Juristas Populares